

AVISO ACORES 70-2019-39

1.ª Alteração

Programa Operacional Açores 2020

Convite para apresentação de candidaturas à Tipologia de Operação - Percursos formativos modulares de dupla certificação, de nível básico ou secundário, certificação escolar ou profissional, inseridos no Catálogo Nacional de Qualificações

Eixo Prioritário	10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	
Prioridade de Investimento	<p>10.3 Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.</p>	
Objetivo Específico	<p>10.3.2 Melhorar o acesso à aprendizagem ao longo da vida, através da promoção e da qualidade do sistema de formação, do reconhecimento das competências adquiridas e/ou frequência de formação que possibilite aumentar e melhorar as condições de empregabilidade, bem como integrar no tecido empresarial recursos humanos qualificados.</p>	
Indicador de Realização	<p>4.000 Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional (valor alvo em 2023)</p>	
Indicador de Resultado	<p>65% Adultos certificados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional (valor alvo em 2023)</p>	
Tipologia de Operação	<p>10.3.2.1 Percursos formativos modulares de dupla certificação, de nível básico ou secundário, certificação escolar ou profissional, inseridos no Catálogo Nacional de Qualificações</p>	
Período de Candidaturas	Data de abertura	1 de agosto de 2019
	Data de termo	30 de setembro de 2019, até às 23H00

ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR	3
2.	BENEFICIÁRIOS	3
3.	DESTINATÁRIOS ELEGÍVEIS.....	3
4.	ÂMBITO GEOGRÁFICO	4
5.	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO.....	4
6.	ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS A ENVIAR PELO BENEFICIÁRIO	4
7.	OBRIGAÇÕES OU COMPROMISSOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS	4
8.	ORGANISMO INTERMÉDIO.....	4
9.	DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO	5
10.	LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR	5
11.	FORMA DE APOIO	5
12.	CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DAS OPERAÇÕES E REGRAS DE FINANCIAMENTO	5
13.	PERÍODO DE RECEÇÃO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS	6
14.	PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS.....	7
15.	DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR	8
16.	CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR.....	9
17.	ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO.....	10
18.	PEDIDOS DE ALTERAÇÃO E REGIME DE FINANCIAMENTO.....	10
18.1.	MODALIDADE DE REEMBOLSO DOS CUSTOS ELEGÍVEIS EFETIVAMENTE INCORRIDOS E PAGOS	10
18.2.	MODALIDADE DE MONTANTE FIXO	12
19.	REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES.....	13
20.	ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DA EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES.....	13
21.	CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO.....	13
22.	CONTACTOS	14
	ANEXO I - ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS A ENVIAR PELOS BENEFICIÁRIO.....	15
	ANEXO II – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO.....	17
	ANEXO III - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS.....	21

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

As ações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 10: Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida, financiadas pelo Fundo Social Europeu (FSE), que têm por objetivo melhorar o acesso à aprendizagem ao longo da vida, através da promoção e da qualidade do sistema de formação, do reconhecimento das competências adquiridas e/ou frequência de formação que possibilite aumentar e melhorar as condições de empregabilidade, bem como integrar no tecido empresarial recursos humanos qualificados.

A formação tem por base o Programa Reativar, regulamentado pela Portaria n.º 107/2009, de 28 de dezembro, e pelo despacho Normativo n.º 37/2010, de 6 de junho, na sua atual redação.

Os cursos do Programa Reativar desenvolvem-se em percursos de dupla certificação, certificação escolar ou profissional do Catálogo Nacional de Qualificações, visando obter designadamente uma qualificação de nível 2 ou 4 do Quadro Nacional de Qualificações ou uma certificação profissional, podendo, sempre que se revele adequado ao perfil do adulto, à sua trajetória anterior e às suas habilitações pré adquiridas, integrar apenas unidades de formação que conferem uma certificação profissional.

2. BENEFICIÁRIOS

Constituem-se como beneficiárias da tipologia, nos termos previstos na alínea b) do artigo 31.º da Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, na sua atual redação, as Escolas Profissionais, desde que o respetivo funcionamento esteja previamente autorizado pela Direção Regional da Educação.

3. DESTINATÁRIOS ELEGÍVEIS

No âmbito do presente aviso, podem aceder a esta oferta formativa, preferencialmente, ativos desempregados, podendo ser recrutados inativos. Em caso algum poderão ser

excluídos, do recrutamento, candidatos desempregados para efeitos de admissão de inativos.

4. ÂMBITO GEOGRÁFICO

São elegíveis as operações que decorram na Região Autónoma dos Açores.

5. TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, na sua atual redação – Percursos formativos modulares de dupla certificação, certificação escolar ou profissional, inseridos no Catálogo Nacional das Qualificações, enquadra-se na Prioridade de Investimento 10.3, constante do Programa Operacional Açores 2020, aprovado pela Comissão Europeia, através da decisão C (2014)10176, de 18 de dezembro de 2014.

6. ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS A ENVIAR PELO BENEFICIÁRIO

Constantes do Anexo I.

7. OBRIGAÇÕES OU COMPROMISSOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS

As obrigações dos beneficiários são as que se encontram consagradas no n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação europeia, nacional e regional.

8. ORGANISMO INTERMÉDIO

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Resolução nº 156/2014, de 6 de novembro, e nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-lei n.º 137/2014, de 12 setembro, na sua atual redação, a Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional assume a qualidade de Organismo Intermédio, exercendo as competências de gestão que lhe foram delegadas no âmbito do Contrato de Delegação de Competências celebrado com a Autoridade de Gestão do PO Açores 2020.

9. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO

O financiamento público total indicativo alocado ao presente concurso é de € 2.500.000,00 com uma comparticipação pública de despesa elegível repartida pelo Fundo Social Europeu (85%) e pela Contribuição Pública Nacional (15%).

10. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

Cada entidade poderá apresentar uma candidatura no âmbito do presente aviso.

11. FORMA DE APOIO

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável através da modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 3 do artigo 32.º da Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, na sua atual redação, aos apoios a conceder aos cursos percursos formativos modulares de dupla certificação, certificação escolar ou profissional, inseridos no Catálogo Nacional das Qualificações, aplica-se os montantes máximos elegíveis fixados na Portaria n.º 118/2015, de 2 de setembro, na sua atual redação.

12. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DAS OPERAÇÕES E REGRAS DE FINANCIAMENTO

12.1 Elegibilidade do beneficiário

O beneficiário tem que assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, de acordo com o definido no artigo 4.º da Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, na sua atual redação.

12.2 Elegibilidade das operações

São elegíveis, para efeitos de financiamento, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, na sua atual redação, Cursos Reativar Tecnológico de nível II e IV, com certificação profissional, inseridos no Catálogo Nacional de Qualificações, previamente autorizados na plataforma CERTIFICAR, site [www.certificar.azores.gov.pt.](http://www.certificar.azores.gov.pt), bem como cursos Reativar Escolar – Nível IV:

12.3 Regras de financiamento/Despesas

Os montantes elegíveis obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidos na Portaria n.º 118/2015, de 2 de setembro, na sua atual redação, bem como às regras de contratação pública, nos termos do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetivas atualizações.

Às operações de reduzida dimensão, considerando que a Autoridade de Gestão, na aceção do n.º 66 do artigo 272.º do Regulamento (EU, Euratom) 2018/1046 de 18 de julho (Omnibus), ao abrigo das disposições transitórias, derroga por um período de 12 meses a contar da data de entrada em vigor do referido Regulamento, a aplicação do regime de opção de custos simplificados para as operações até ao montante de € 100.000,00.

Assim, para as operações FSE cujo apoio público não exceda os € 50.000,00 mantém-se a obrigatoriedade de financiamento em regime de montante fixo com recurso a um orçamento prévio nos termos previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 118/2015 de 2 de setembro, na atual redação.

13. PERÍODO DE RECEÇÃO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o dia 1 de agosto de 2019 e as 23H00 do dia 30 de setembro de 2019 e é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Portal2020>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e nos termos definidos no presente aviso.

As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

14. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e dos critérios de elegibilidade da operação, estabelecidos pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido na regulamentação específica e no presente aviso de candidatura;
- ii) **Avaliação do mérito** do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Operacional dos Açores – Açores 2020 e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constante do Anexo II. Para além da avaliação do mérito absoluto das candidaturas, baseada na metodologia exposta, será ainda efetuada uma avaliação de mérito relativo, que resulta da comparação do mérito da candidatura avaliada com o mérito das demais candidaturas na mesma fase de decisão, com hierarquização final das candidaturas avaliadas;
- iii) **Decisão** sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pelo Organismo Intermédio do PO Açores 2020, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no esquema constante do Anexo III.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pelo organismo intermédio, considera-se que houve desistência da candidatura.

Havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto e relativo, a última das quais que resulta da comparação do mérito da operação avaliada com o mérito das demais operações candidatas na mesma fase de decisão, com hierarquização final das candidaturas avaliadas, tendo em conta a dotação indicativa prevista no número 9 do presente aviso (de entre as operações que tiveram cotação superior a 50%, deverão ser definidas prioridades face à dotação financeira disponível).

O mérito absoluto da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada categoria dos critérios de seleção.

A pontuação atribuída a cada categoria é determinada pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada critério de seleção. Após o processo de verificação das condições de admissibilidade das candidaturas, a apreciação e seleção dos projetos é baseada numa análise multicritério, com a devida quantificação conforme Anexo II.

Neste âmbito, é estabelecido que as operações que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento.

Para efeito de desempate das candidaturas será ponderada, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções, na entidade candidata, sempre que, por limitações de dotação financeira disponível, não seja possível aprovar a totalidade dos projetos que reúnam a pontuação mínima considerada necessária no âmbito do concurso.

15. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso têm a duração máxima de 24 meses e incluem os percursos formativos completos, a iniciar no ano de 2019.

16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

16.1 – Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento e incumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma operação releva, como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 33.º da Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, na sua atual redação, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário deve apresentar na sua candidatura os indicadores de realização e de resultado (metas a atingir) a contratualizar com o organismo intermédio, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

16.2 – O grau de cumprimento ou incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos quer de redução ou revogação do financiamento das candidaturas aprovadas, quer do processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, de que se destaca:

- i) Por cada ponto percentual de desvio negativo face ao contratualizado em **indicador de resultado**, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível a pagar no saldo final, até um máximo de 10%;
- ii) A redução prevista no ponto anterior não será aplicável quando o **resultado** alcançado atinja 80% do valor contratualizado para o respetivo indicador;
- iii) Se o nível de execução for inferior a 25% do contratualizado para o **indicador de realização**, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pelo organismo intermédio, com adequada fundamentação.
- iv) Atendendo à derrogação da aplicação do Regulamento (EU, Euratom) 2018/1046 de 18 de julho (Omnibus), referida no ponto 12.3, nas operações de reduzida dimensão, cujo financiamento público não exceda € 50.000,00, e que não sejam executadas exclusivamente com recurso a um procedimento de contratação pública, o cumprimento integral e simultâneo das metas

contratualizadas em candidatura é condição para o pagamento da subvenção, implicando o incumprimento a respetiva revogação.

16.3 - Os resultados mínimos a contratualizar, com referência aos indicadores definidos para o PO Açores 2020, são os constantes da folha de rosto do presente aviso (valores-alvo 2023), são os descritos no quadro seguinte.

TIPO DE INDICADOR	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META
Realização	Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional	N.º	(1)
Resultado	Adultos certificados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional.	%	(2) ≥65%

- (1) Indicador a definir pelo beneficiário em sede de candidatura. Somatório das pessoas que iniciam o curso. Uma pessoa é contabilizada (à primeira entrada) apenas uma vez ao longo de todo o percurso formativo, mesmo que seja financiada apenas em alguns anos e mesmo que desista e reentre mais tarde, desde que na mesma modalidade formativa.
- (2) A metodologia de cálculo utilizada para o indicador de resultado “Adultos certificados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional” no período normal da conclusão do mesmo: (N.º de formandos que terminaram o curso com sucesso nos anos previstos para o curso /N.º de formandos apoiados que iniciaram o curso) x 100.

17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade do organismo intermédio.

18. PEDIDOS DE ALTERAÇÃO E REGIME DE FINANCIAMENTO

18.1. MODALIDADE DE REEMBOLSO DOS CUSTOS ELEGÍVEIS EFETIVAMENTE INCORRIDOS E PAGOS

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto no n.º 6 e n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumparam, cumulativamente, as seguintes condições:

- i) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizado nos termos legais;
- ii) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- iii) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos do Fundo Social Europeu (FSE);
- iv) Comunicação do início da operação;
- v) Apresentação, através do Sistema de Informação, de listagens nominais de formandos por turma apoiada, quando se trate de projetos apoiados na modalidade de custos unitários.

Os **pedidos de reembolso** são efetuados com uma periodicidade mensal ou superior, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no Sistema de Informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os **pedidos de alteração** à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do Sistema de Informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto no n.º 7 e n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 31 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria n.º 136/2015, de 21 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O **pedido de pagamento de saldo final** deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do Sistema de Informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

18.2. MODALIDADE DE MONTANTE FIXO

Nas operações de reduzida dimensão, a entidade beneficiária tem direito a um único adiantamento, no valor de 15% do montante total do financiamento público. Assim, no desenvolvimento desta modalidade, não há lugar à apresentação dos pedidos de reembolso durante a execução da operação, dado que os pagamentos apenas podem ser efetuados em função da verificação do cumprimento integral dos resultados contratualizados, após a conclusão física da operação. O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de conclusão da candidatura.

A subvenção apenas é paga, em sede de análise do pedido de saldo final, se concluir que as metas contratualizadas em candidatura para os indicadores de realização e de resultado,

foram integralmente cumpridas. Daqui resulta que no caso de incumprimento ou cumprimento parcial de uma das metas fixadas para os referidos indicadores, não será pago o montante da subvenção.

Não obstante, a modalidade de concessão da subvenção, a decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando o Organismo Intermédio solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

19. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do PO AÇORES 2020, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu, de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis para consulta e download no Sítio do PO Açores 2020 <http://poacores2020.azores.gov.pt>.

20. ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DA EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES

Os apoios financeiros concedidos às operações aprovadas ficam sujeitos ao acompanhamento da sua utilização, em conformidade com a decisão aprovada, nas suas componentes material, financeira e contabilística, de acordo com normas técnicas a definir pelo organismo intermédio.

As operações aprovadas e as entidades beneficiárias ficam sujeitas a ações de controlo e de auditoria a realizar pelas autoridades nacionais e comunitárias com competência em matéria de certificação, auditoria e controlo dos fundos comunitários atribuídos.

21. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No Sítio do PO Açores 2020 <http://poacores2020.azores.gov.pt> encontram-se disponíveis:

- i) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente, legislação enquadadora e formulário de candidatura;
- ii) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- iii) Pontos de contacto para obter informações adicionais;
- iv) Os resultados do presente concurso.

22. CONTACTOS

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional de acordo com o ponto anterior, pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional para os Açores 2020 – PO AÇORES 2020

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Vice-Presidência, Emprego e Competitividade Empresarial

Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional

Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, S/N

9500-119 Ponta Delgada | São Miguel – Açores

Tel: (+351)296 308 000

poacores2020@azores.gov.pt e <http://poacores2020.azores.gov.pt/>

Angra do Heroísmo, 31 de julho de 2019

O Gestor do Programa Operacional para os Açores 2020,

Rui Von Amann

ANEXO I - ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS A ENVIAR PELOS BENEFICIÁRIO

ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS A ENVIAR PELOS BENEFICIÁRIOS	
1)	Fundamentação da oferta formativa e evidência de potencial de adultos interessados, de acordo com requisitos do critério 1, conforme a grelha de análise do Anexo II.
2)	Balço de atividades/Relatório Pós-formação ou outro documento onde seja possível aferir a taxa de formandos certificados face ao n.º de formandos inicialmente candidatados e a taxa de formandos que prosseguiram estudos e taxa de formandos inseridos no mercado de trabalho, de acordo dos requisitos do critério 2, conforme a grelha de análise do Anexo II.
3)	Métodos de seleção e recrutamento de formandos, de acordo dos requisitos do critério 3.1, conforme a grelha de análise do Anexo II; Mecanismos para a prossecução dos objetivos para a igualdade de oportunidades e de género, de acordo dos requisitos do critério 3.2, conforme a grelha de análise do Anexo II; <ul style="list-style-type: none"> a) Existência de Protocolos com entidades recetoras de formandos de FPCT que não discriminem por sexo e que aceitem pessoas portadoras de deficiência; b) Gabinetes de inserção profissional que não discriminem por sexo e que aceitem pessoas portadoras de deficiência; c) A entidade desenvolve atividades curriculares ou relacionadas com a problemática da igualdade de oportunidades.
4)	<ul style="list-style-type: none"> a) Registos ou outro documento de acompanhamento da formação em sala e em contexto de trabalho, adequado à formação em causa, de acordo dos requisitos do critério 4.1.1, conforme a grelha de análise do Anexo II; b) Apresentação de relatórios e/ou outros registos do percurso pós-formação de acordo dos requisitos do critério 4.1.2, conforme a grelha de análise do Anexo II; c) Apresentação de mecanismos que permitam a divulgação dos diplomados para a inserção no mercado de trabalho, de acordo dos requisitos do critério 4.1.3, conforme a grelha de análise do Anexo II.
5)	Apresentação de evidências que demonstrem a procura por parte de eventuais entidades, para a realização de FCT e ou posterior vínculo contratual nestas entidades de acordo dos requisitos do critério 5, conforme a grelha de análise do Anexo II.
6)	<ul style="list-style-type: none"> a) Apresentação do Curriculum Vitae do responsável Técnico-Pedagógico com destaque da informação referente à qualificação pedagógica - licenciatura e/ou pós-graduação com componente pedagógica - e experiência de 3 ou mais anos, de acordo com os requisitos do critério 6.1.1, conforme a grelha de análise do Anexo II; b) Metodologia de seleção do pessoal docente por forma a validar a sua experiência para lecionar a componente tecnológica, com destaque à experiência adequada aos conteúdos propostos a lecionar, de acordo com os requisitos do critério 6.1.2, conforme a grelha de análise do Anexo II, quando os Curriculum Vitae dos docentes não constem já da Plataforma CERTIFICAR; c) Apresentação do Curriculum Vitae do administrativo-financeiro com destaque da informação referente à qualificação financeira licenciatura e/ou pós-graduação em área financeira e experiência de 3 ou mais anos, de acordo com os requisitos do critério 6.2.1, conforme a grelha de análise do Anexo II; d) Documento onde conste um breve descritivo de funções e respetiva correlação com a atividade formativa, de acordo com os requisitos do critério 6.2.2, conforme a grelha de análise do Anexo II; e) Inventário dos equipamentos técnico-administrativos afetos à formação (computadores, impressora/fotocopiadora, acesso internet, etc.), de acordo com os requisitos do critério 6.2.3, conforme a grelha de análise do Anexo II.
7)	Descrição das instalações, equipamentos e recursos didáticos de acordo com o disposto no critério 7, conforme a grelha de análise do Anexo II.

- 8)
- a) Relatório Pós-formação ou outro documento onde seja possível aferir a percentagem de execução física (identificando as candidaturas) referente ao último ano), de acordo com os requisitos do critério 8.1, conforme a grelha de análise do Anexo II.
 - b) Relatório Pós-formação ou outro documento onde seja possível verificar a percentagem de formandos que concluíram nos últimos 3 anos (n.º de formandos que concluíram com aproveitamento/n.º total de formandos que iniciaram *100), de acordo com os requisitos do critério 8.2, conforme a grelha de análise do Anexo II.
- 9)
- a) Método de cálculo por rubrica/subrubrica. No caso de operações plurianuais, o método de cálculo deverá ser apresentado por ano civil;
 - b) Mapa de amortizações, quando aplicável;
 - c) Apresentação da chave de imputação relativamente aos custos comuns, bem como os seus pressupostos (que deverão ser consistentes e coerentes de acordo com a natureza dos custos e obedecerem a critérios de imputação físicos e temporais pertinentes e se os indicadores têm aderência às operações financiadas e à atividade não financiada);
 - d) Identificar situações passíveis de conflitos de interesses (caso não existam, deverá ser apresentada uma declaração a mencionar que nos custos apresentados não se verificam situações de conflito de interesses);
 - e) Documento comprovativo do regime do IVA na qual a entidade se enquadra;
 - f) Documento relevante para desempate entre candidaturas, nos termos previstos no ponto 14 do presente aviso;
 - g) Declaração quanto a equilíbrio económico-financeiro;
 - h) Calendarização/cronograma da formação.
 - i) A lista global dos contratos assinados que se encontram associados à execução da operação e que, nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, se encontram sujeitos aos procedimentos de contratação pública. Da referida lista devem constar os seguintes elementos:
 - N.º do procedimento ou código de identificação do procedimento;
 - Tipo de procedimento;
 - Designação do contrato;
 - Data de lançamento do procedimento;
 - Data de adjudicação;
 - NIF e denominação do fornecedor;
 - Data de assinatura do contrato;
 - Valor total do contrato (com e sem IVA).

Nota: A designação dos ficheiros anexados à candidatura deve corresponder às designações acima referidas.

ANEXO II – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

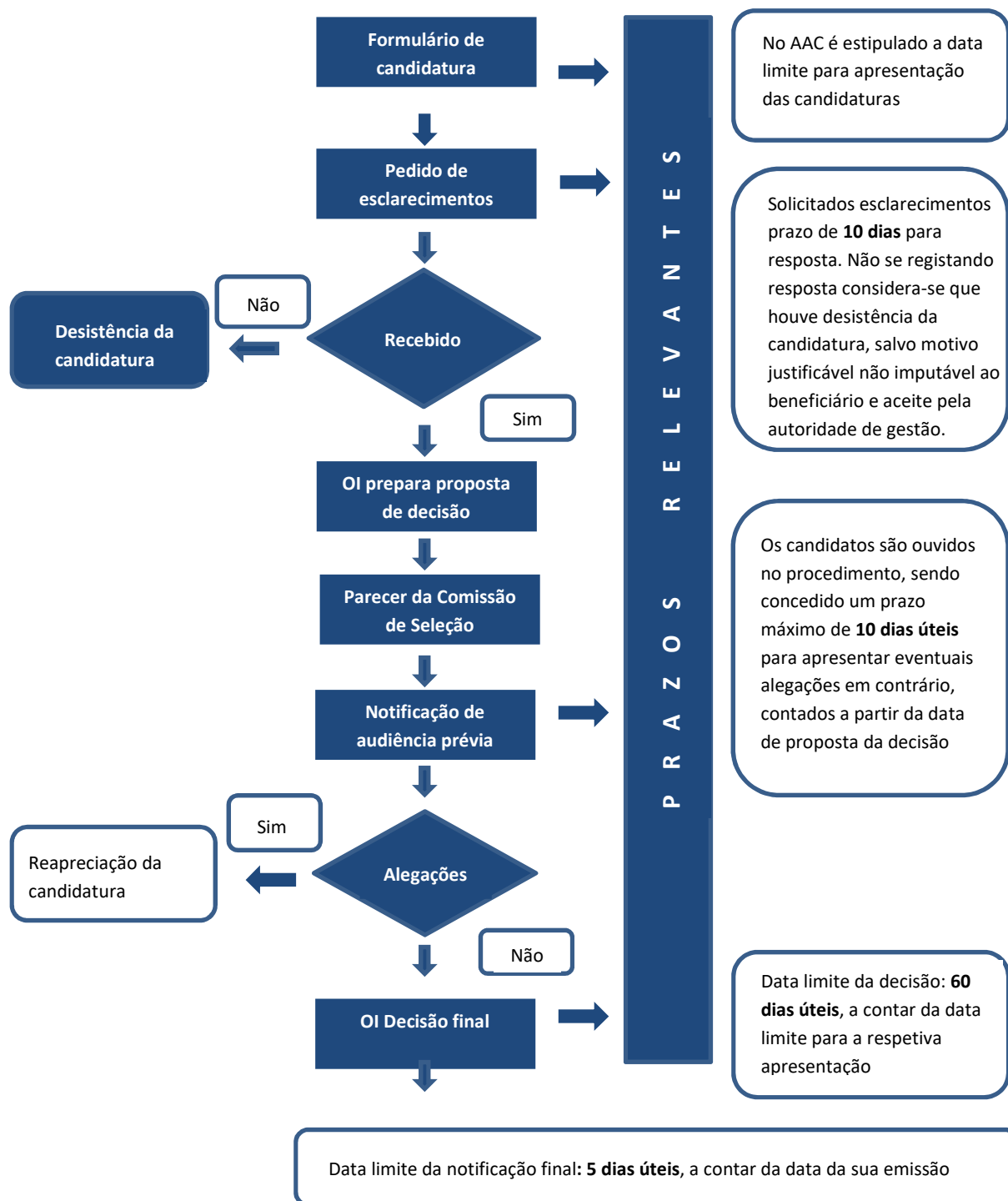
N.º	Critério de Seleção	Pontuação
	Relevância da formação proposta face às necessidades regionais, aferida pelo número potencial de adultos interessados, procura dos cursos e respetivas áreas de educação e formação e adequação às saídas profissionais prioritárias	10
1	1.1 Fundamentação da oferta - adequação da formação à satisfação de necessidades do mercado de trabalho a nível regional/local <i>A entidade deve fundamentar a oferta formativa proposta com o respetivo diagnóstico de necessidades de formação</i> Elevada (> 70% dos cursos corresponde às necessidades identificadas no concelho) Média (≥ 50% e ≤ 70% dos cursos corresponde às necessidades identificadas no concelho) Baixa (< 50% dos cursos corresponde às necessidades identificadas no concelho)	<u>5</u> 5 2,5 0
	1.2 Potencial de adultos interessados <i>A entidade deve identificar a percentagem de utentes encaminhados pela APQE que prevê selecionar (Previsão de candidatos selecionados /N.º de utentes inscritos na APQE encaminhados)</i> Elevado (>25%) Médio (=25%) Baixo (<25%)	<u>5</u> 5 2,5 0
	Taxa de certificação/conclusão e qualidade da formação realizadas na entidade formadora, bem como taxas de prosseguimento de estudos e de empregabilidade	15
2	2.1 Taxa de formandos certificados face ao n.º de formandos inicialmente candidatados <i>A entidade deve identificar a sua percentagem média de formandos certificados face ao n.º de formandos inicialmente candidatados, no âmbito de formações análogas já ministradas</i> Elevada (≥80%) Média (≥50% e <80%) Baixa (<50%)	<u>5</u> 5 2,5 0
	2.2 Taxa de formandos que prosseguiram estudos e taxa de formandos inseridos no mercado de trabalho <i>A entidade deve identificar a sua percentagem média de formandos que prosseguiram estudos face ao n.º de formandos que concluíram formações análogas</i> Elevada (≥40%) Média (≥10% e < 40%) Baixa (<10%)	<u>5</u> 5 2,5 0
	2.3 Taxa de formandos inseridos no mercado de trabalho <i>A entidade deve identificar a sua percentagem média de formandos inseridos no mercado de trabalho após concluírem formação análoga</i> Elevada (≥50%) Média (≥20% e < 50%) Baixa (<20%)	<u>5</u> 5 2,5 0
	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho	10
3	3.1 Métodos de seleção e recrutamento de formandos Adequados (Quando assentam em instrumentos que garantem a igualdade de género e o acesso a pessoas que apresentem vulnerabilidades diversas no acesso à formação) Suficientes (Quando assentam em instrumentos que garantem a igualdade de género ou acesso a pessoas que apresentem vulnerabilidades diversas no acesso à formação) Insuficientes (Quando não assentam em instrumentos que garantem a igualdade de género e/ou o acesso a pessoas que apresentem vulnerabilidades diversas no acesso à formação)	<u>5</u> 5 2,5 0

N.º	Critério de Seleção	Pontuação
	<p>3.2 Implementação de mecanismos para a prossecução dos objetivos para a igualdade de oportunidades e de género <i>A entidade deve evidenciar a existência de Protocolos com entidades recetoras de formandos de FPCT que não discriminem por sexo e que aceitem pessoas portadoras de deficiência, a existência de gabinetes de inserção profissional que não discriminem por sexo e que aceitem pessoas portadoras de deficiência e o desenvolvimento de atividades curriculares ou relacionadas com a problemática da igualdade de oportunidades</i></p> <p>Relevância muito satisfatória (Quando presente os 3 itens) 5 Relevância satisfatória (Quando presente 2 itens) 2,5 Sem relevância (Quando presente apenas 1 ou ausência de item) 0</p>	<u>5</u>
4	<p>Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos na mesma área de formação e o apoio à inserção profissional dos adultos</p>	15
	<p>4.1 Implementação e monitorização dos processos</p> <p>4.1.1 Durante a realização da formação <i>Existência de relatórios e/ou outros registos de acompanhamento da formação em sala e em contexto de trabalho, e adequação dos mesmos à formação em causa</i></p> <p>Adequados (≥ 3 elementos) 5 Suficientes (2 elementos) 2,5 Insuficientes (1 elemento) 1 Inexistente/Não evidenciado 0</p>	<u>5</u>
	<p>4.1.2 Acompanhamento pós-formação <i>Existência de relatórios e/ou outros registos do percurso pós-formação</i></p> <p>Adequados (≥ 3 elementos) 5 Suficientes (2 elementos) 2,5 Insuficientes (1 elemento) 1 Inexistente/Não evidenciado 0</p>	<u>5</u>
	<p>4.1.3 Apoio durante a inserção profissional <i>Existência de mecanismos que permitam a divulgação dos diplomados para a inserção no mercado de trabalho</i></p> <p>Adequados (≥ 3 elementos) 5 Suficientes (2 elementos) 2,5 Insuficientes (1 elemento) 1 Inexistente/Não evidenciado 0</p>	<u>5</u>
5	<p>Qualidade e diversidade de protocolos/parcerias com instituições ou outros agentes, a nível local e/ou regional, intervindo na organização e desenvolvimento dos cursos, designadamente na respetiva componente de formação em contexto de trabalho</p>	5
	<p>Elevada (Existência de informação sobre oportunidades de emprego por parte das entidades empregadoras, existência de plano de estudos e a articulação deste com o referencial de competências, existência de acordos/parcerias com entidades empregadoras que desenvolvam atividades profissionais adequadas ao perfil de saída visado) 5</p>	5
	<p>Média (Existência de plano de estudos e a articulação deste com o referencial de competências, existência de acordos/parcerias com entidades empregadoras que desenvolvam atividades profissionais adequadas ao perfil de saída visado) 2,5</p>	2,5
	<p>Baixa (Existência de plano de estudos e a articulação deste com o referencial de competências) 0</p>	0
6	<p>Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata</p>	15
	<p>6.1 Organização e gestão técnico-pedagógica da entidade <u>7</u></p> <p>6.1.1 Caracterização do responsável técnico-pedagógico <u>4</u></p>	<u>7</u>

N.º	Critério de Seleção	Pontuação
	<p><i>Qualificação pedagógica, licenciatura e/ou pós-graduação com componente pedagógica, e experiência de 3 ou mais anos</i></p> <p>Cumprir ambos os requisitos Cumprir um dos requisitos Não cumprir os requisitos</p>	<p>4 2 0</p> <p>3</p>
	<p>6.1.2 Experiência do pessoal docente da componente tecnológica <i>Com base no perfil necessário para lecionar o módulo</i></p> <p>Adequado Inadequado</p>	<p>3 0</p> <p>8</p>
	<p>6.2 Organização e gestão administrativo-financeira da entidade</p>	<p>4</p>
	<p>6.2.1 Caracterização do responsável administrativo-financeiro <i>Qualificação financeira, licenciatura e/ou pós-graduação em área financeira, e experiência de 3 ou mais anos</i></p> <p>Cumprir ambos os requisitos Cumprir um dos requisitos Não cumprir os requisitos</p>	<p>4 2 0</p> <p>2</p>
	<p>6.2.2 Definição de funções e respetiva relação com a atividade formativa (afetação funcional)</p> <p>Definida Não definida</p>	<p>2 0</p>
	<p>6.2.3 Equipamento técnico e administrativo (computadores, impressora/fotocopiadora, acesso internet, etc.)</p> <p>Existem todos os equipamentos Existem alguns equipamentos Não existe qualquer um dos equipamentos</p>	<p>2 2 1 0</p>
	<p>Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos</p>	<p>15</p>
	<p>7.1 Tipologia das instalações</p> <p>Próprias Cedidas a longo prazo Arrendada</p>	<p>2 2 1 0,5</p>
	<p>7.2 Caracterização das instalações</p>	<p>5</p>
	<p>7.2.1 Biblioteca, mediateca, sala(s) de estudo</p> <p>Existem todos os itens Existem alguns itens Não existe qualquer item</p>	<p>2 2 1 0</p>
	<p>7.2.2 Sanitários/balneários por género e/ou adaptadas a pessoas mobilidade condicionada</p> <p>Existem todos os itens Existem alguns itens Não existe qualquer item</p>	<p>2 2 1 0</p>
	<p>7.2.3 Áreas sociais - refeitório/bar, zonas exteriores, zonas de lazer</p> <p>Existem todos os itens</p>	<p>1 1</p>

N.º	Critério de Seleção	Pontuação
	Existem alguns itens Não existe qualquer item	0,5 0
	7.3 Salas de formação	<u>2</u>
	7.3.1 Iluminação natural	<u>1</u>
	Existente em 50% ou mais das salas Existente em menos de 50% das salas	1 0
	7.3.2 Climatização/Arejamento	<u>1</u>
	Existente em 50% ou mais das salas Existente em menos de 50% das salas	1 0
	7.4 Caracterização dos equipamentos	<u>4</u>
	7.4.1 Equipamentos aulas práticas	<u>2</u>
	Adequados Inadequados	2 0
	7.4.2 Equipamentos salas teóricas	<u>2</u>
	Adequados Inadequados	2 0
	7.5 Caracterização dos recursos didáticos - manuais, suportes digitais, vídeos, programas informáticos, Internet, etc.	<u>2</u>
	Adequados Inadequados	2 0
	Desempenho histórico dos beneficiários na concretização do mesmo tipo de ações, quanto a níveis de execução, resultados e irregularidades	15
	8.1 Níveis de execução	<u>2,5</u>
	Elevado (n.º participantes é >= 80% do previsto em candidatura)	2,5
	Médio (n.º participantes é >= 50% e < 80% do previsto em candidatura)	1
	Baixo (n.º participantes é <50% do previsto em candidatura)	0,5
	8.2 Resultados obtidos	<u>10</u>
	Elevado (n.º participantes que concluíram a formação face ao n.º de participantes que iniciaram é >= 80%)	10
	Médio (n.º participantes concluíram a formação face ao n.º de participantes iniciaram é >= 50% e < 80%)	5
	Baixo (n.º participantes que concluíram a formação face ao n.º de participantes que iniciaram é <50%)	1
	8.3 Irregularidades detetadas em sede de auditorias	<u>2,5</u>
	Não existe Existe	2,5 0
8		

ANEXO III - PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.

Glossário:

AAC – Aviso de Abertura de Candidaturas

OI – Organismo Intermédio